ATA REFERENTE À 162ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE – CONPLAM.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove as nove horas e vinte dois minutos, reuniu-se no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Norte - CREA/RN, na Avenida Senador Salgado Filho, 1840 -Lagoa Nova, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente - CONPLAM, na 162ª Reunião Extraordinária do colegiado, sob a presidência de Kalazans Louzá Bezerra da Silva. Presentes os conselheiros: Raimundo Nonato Mota suplente da Aeronáutica, Francisco Assuero Bezerra de França, titular da Associação dos Geólogos do Rio Grande do Norte – AGERN, Raniere de Medeiros Barbosa, titular da Câmara Municipal, Wilson Luiz Cardoso, titular do Clube de Engenharia, Edson Massayuki Hiroshi, titular do Exército, Dayvson Marques de Moura, titular, José Vicente de Assis, suplente, da Federação dos Conselhos Comunitários/Entidades Beneficentes do Rio Grande do Norte - FECEB, Ronald Gurgel, titular da Federação do Comércio – FECOMERCIO, Sílvio de Araújo Bezerra, titular e Ana Adalgisa Dias Paulino, suplente da Federação das Indústrias do RN – FIERN, Aldo Medeiros Junior, suplente do Governo do Estado, Néio Lúcio Archanjo, titular e Luciano de Paiva Barros, suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, Francisca Elionete de Lima Rodrigues, suplente do Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Norte, Keila Brandão Cavalcanti, suplente do Sindicato dos Sociólogos, Fabrício de Paula Leitão, titular e Maria Cristina de Morais, suplente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. O presidente Kalazans Louzá inicia a cessão enunciando como assunto de pauta a discussão e aprofundamento referente aos estudos ambientais do Estádio das Dunas para a Copa de 2014. Kalazans afirma que foi realizada a contratação da FUNDEP para a realização dos estudos ambientais sob a coordenação de Leonardo Tinoco culminando em projeto a ser apresentado em seguida. Ressalta ainda o comparecimento do arquiteto Felipe Bezerra, um dos responsáveis pelo projeto de arquitetura da Arena das Dunas, além da presença dos senhores Daniel Nicolau, Secretário Adjunto da SEMURB e responsável pela equipe de licenciamento, de Vital Gorgônio, engenheiro responsável pelo departamento de drenagem da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infra-estrutura - SEMOPI e de Márcio Diógenes, promotor de justiça do meio ambiente e membro da comissão destinada ao acompanhamento do projeto da copa. Afirma também que desde esta data o projeto arquitetônico, bem como os estudos de impacto serão disponibilizados via internet para domínio público. Indica ainda a participação da SEMURB em evento a ser realizado no Estado de São Paulo que contará com a participação da FIFA para a discussão da temática da Copa com as cidades sede. Também informa a realização de Audiência Pública a ser realizada no dia 24.08.2009 na Câmara Municipal referente a Projeto de Lei sob a temática da "publicidade legal". Em seguida transfere a palavra para Leonardo Tinoco, responsável pelos estudos de impacto ambiental que cumprimenta os presentes e passa à explanação do plano de estudo ambiental simplificado considerando todo o potencial de ocupação do entorno do Estádio das Dunas. Tal estudo leva em consideração os aspectos ambientais bem como sociais de todo o entorno e os potenciais desenvolvimentistas decorrentes do projeto Copa, levanta possíveis consequências e enumera 🔨 possíveis soluções aos problemas decorrentes da empreitada. Informa também o conjunto de leis utilizado no presente estudo bem como as características geomorfológicas e biótico da localidade selecionada. Ademais, ressalta os aspectos sociais, climatológicos e hidrogeológicos. Em termos turísticos a análise pautou-se em parâmetros trazidos dos números observados na Copa da Alemanha. O estudo afirma que o projeto contará com 96 diferentes especies de impactos ambientais relevantes dentre positivos ou negativos, permanentes ou temporários. Pelo programa de avaliação foram constatados os impactos

10

11

12

13

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

A.

M.

1

ambientais negativos e em seguida levantadas estratégias mitigatórias. Outrossim, elenca alternativas tecnológicas passiveis de serem adotadas pelo município. Finalizada a apresentação do Projeto de Impacto Ambiental, o Presidente abre a discussão para a inscrição de questionamentos. A conselheira Cristina Morais solicita a conceituação de Relatório Ambiental Simplificado. O senhor Leonardo Tinoco responde que, em virtude de já haver um estádio no local e dentre outros fatores, abriu-se a possibilidade para a realização desta espécie de estudo considerado mais composto do que o EIA. O conselheiro Wilson Cardoso solicita esclarecimento acerca da possibilidade de realização de uma prévia apresentação ao CONPLAM pela equipe que coordenou a elaboração do relatório de forma a solucionar dúvidas que, por ventura, apareçam sobre os aspectos técnicos e assim orientar de forma mais adequada o relator do projeto. A esta questão o Presidente afirma que será atendida a solicitação do conselheiro caso seja constatada a necessidade. Leonardo Tinoco responde que o relatório já foi elaborado e será remetido ao CONPLAM para a apreciação de seus conselheiros. O conselheiro Néio Archanjo levanta três questionamentos. O primeiro consiste na afirmação do não afloramento das águas pluviais, dada a existência de evidências em sentido contrário. O segundo consiste no fato do presente estudo ter levado em consideração um pais da Europa, uma vez que esta perspectiva não reproduz fielmente a nossa realidade, devendo considerar, como mais adequada, a utilização referencial do PAN do Rio de Janeiro. O terceiro consiste na definição dos parâmetros empreendidos pela empresa para a elaboração do estudo quanto ao tráfego da área. Quanto à tomada de decisão, Leonardo Tinoco concorda com a sugestão sobre a utilização do PAN como referência e afirma a realização futura de estudos sobre esta adequação. Sobre a questão do afloramento, estabelece a distinção entre este e a saturação do solo proveniente da impermeabilização parcial do solo por excesso de chuva uma vez que o afloramento resulta em uma maior permanência do que a saturação. Quanto ao terceiro questionamento, Tinoco responde que o RITUR já está elaborado tratandose de um amplo estudo, e além disso, a localidade já encontra-se acostumada a suportar eventos de grande fluxo tal como o Carnatal. O conselheiro Dayvson Moura afirma acerca da não observância da explanação de questões referentes a requisitos constantes no Instituto das Cidades tais como os estudos socioeconômicos, dentre outros. Questiona ainda sobre o comprometimento da CAERN em relação ao escoamento sanitário da área. Leonardo Tinoco responde que o estudo socioeconômico foi realizado de forma restrita ao local do empreendimento. O conselheiro Raniere Barbosa questiona sobre a existência de um sistema complementar integrado de transportes que mitigue a problemática da acessibilidade e do deslocamento urbano, sendo esta uma exigência da FIFA e continua solicitando uma melhor explanação sobre a questão da destinação dos resíduos sólidos provenientes do empreendimento, bem como sobre a viabilidade econômica do mesmo. Leonardo Tinoco atendendo ao pedido, faz esclarecimentos sobre as questões referidas afirmando que os resíduos sólidos tenderão a ser reutilizados na construção das obras e os resíduos inutilizáveis serão destinados a aterros sanitários legalmente constituídos. O presidente aproveita para esclarecer que o plano de viabilidade econômica realizado foi feito de forma tal que dispensa a utilização de qualquer recurso público. No que tange a questão do plano de mobilidade, o Presidente Kalazans Bezerra ressalta a elaboração de dois projetos, um pelo governo do Estado e outro pelo Município, os quais se encontram em fase de discussão para a equivalência dos projetos. O Cidadão Edson Freitas Costa intervém solicitando esclarecimento sobre a origem dos recursos bem como sobre a veiculação, em meio digital, do estudo de impacto ambiental para acesso público e afirma que o estudo deveria se ater à legislação. O Presidente reitera que os recursos serão provenientes da iniciativa privada e que as informações devidas serão disponibilizadas no site da SEMURB. Leonardo Tinoco, sob a alegação da ilegalidade do estudo afirma que o mesmo se ateve à Constituição Federal, às Legislações Estaduais e Municipais do meio ambiente, à resolução do CONAMA 237, além de outras resoluções. O conselheiro Fabrício Leitão solicita esclarecimento sobre onde se encontram os projetos de impacto para que estes sejam apreçiados pelos conselheiros e se

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

Al.

S DE ST

Mari Miles

mostra apreensivo com a existência de empresas interessadas em investir no empreendimento. A este ponto o Presidente responde que pela exigência da FIFA, demanda-se a construção apenas do Estádio das Dunas e afirma que serão submetidos à apreciação do CONPLAM inicialmente as licitações referentes ao estádio, ao estacionamento e o parcelamento do solo; e os demais projetos que surgirem em decorrência do parcelamento do solo serão remetidos a este conselho para que se aprecie as questões ambientais e urbanísticas pertinentes. Afirma que os estudos referidos foram realizados tomando como parâmetro toda a área da obra e que as pesquisas de viabilidade econômica, estas realizadas pelo Governo do Estado poderão ser disponibilizadas ao CONPLAM conforme solicitação. O conselheiro Wilson Cardoso solicita a palavra para questionar se a presente discussão consiste na deliberação sobre a realização de licença prévia. O presidente a este ponto responde que é comum a estranheza, haja vista que nunca se havia discutido a concessão de licença prévia pelo CONPLAM em virtude da desnecessidade de aprofundamento das discussões para esta forma de concessão por ser prévia e não implicar na autorização para a realização da empreitada. A opção pela remessa a este Conselho se deu em virtude do caráter excepcional, da importância do empreendimento e da relevância da localidade para a cidade. O conselheiro José Assis sugere a mudança do enfoque para a mitigação dos impactos ambientais negativos bem como do regime compensatório. A este ponto, Leonardo Tinoco esclarece que, as medidas compensatórias apenas são empreendidas no caso das mitigações realizadas não serem suficientes para a resolução integral do dano e passa a expor algumas alternativas planejadas para a resolução de problemas como a impermeabilização do solo (a adoção do túnel de drenagem associado ao esgotamento sanitário, a criação de estações de tratamento, iniciativas que abrangerão toda a cidade, não se restringindo à localidade da obra). A conselheira Cristina Morais, com a palavra, afirma que na primeira apresentação desse projeto neste Conselho, o arquiteto Aníbal Coutinho isentou a prefeitura da Natal e o governo do estado de qualquer responsabilidade sobre a escolha daquela área, afirmando que assumia inteira responsabilidade pela escolha que, inclusive foi "amor à primeira vista". A conselheira disse que Leonardo Tinoco, na apresentação do estudo de impacto ambiental, falou que este levou em consideração o estádio com um raio de abrangência de 800 metros a 1 km de influência direta em relação aos impactos e, até às margens do rio Potengi, o de influência indireta. Ao se considerar o de influência direta, 800 metros a 1 km, vai ter impacto direto na área que hoje não está sendo considerada e, que é objeto, também, do projeto. Acrescentou que uma coisa é o impacto em uma área sem nada construído, outra é o que vai ser o impacto em uma área onde estão previstos centros administrativos e um complexo imobiliário. Falou também que, ainda na primeira apresentação do projeto, foi dito que este não existiria com o Estádio das Dunas isolado. O Estádio das Dunas só seria viabilizado se for construído o Complexo administrativo e imobiliário, que vai dar a sustentação financeira. Portanto, a questão financeira desse projeto pode ter reflexo direto no resultado do processo de urbanização e nos impactos no trânsito. Então, indiretamente, os conselheiros têm que se preocuparem, também com a viabilidade financeira. A conselheira falou que na apresentação do estudo ambiental, os primeiros slides trataram dos impactos sócio-econômicos, mas não abordou a questão sócio-cultural. Dito isto, a conselheira disse que iria diretamente à questão, dizendo que Leonardo Tinoco colocou que foram identificados 96 impactos, 48 negativos e 48 positivos, divididos nas várias fases do projeto e os que vão ficar permanentes. São 50% bons e 50% ruins. Acrescentou que os impactos ambientais devem ser tratados qualitativamente, dando como exemplo que se pode / ter 20 impactos positivos e 2 negativos e, qualitativamente esses dois podem ser mais importantes. Assim, a conselheira solicitou que Leonardo Tinoco tratasse qualitativamente os impactos. Solicitou, também que este informasse para que área seriam destinados os resíduos da demolição do estádio do Machadão. Leonardo Tinoco afirma que a escolha da exposição quantitativa tem cunho puramente didático uma vez que, os estudos levam em consideração no momento da tomada de decisão especialmente os aspectos qualitativos pertinentes. O conselheiro Sílvio Bezerra exterioriza o interesse da construção civil na construção de uma

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

usina de reciclagem e afirma que a cooperativa de construção civil almeja investir neste plano. Com a palavra o conselheiro Dayvson de Moura questiona sobre a presença no Estudo de Impacto Ambiental da problemática dos índices de nitrato no lençol freático e se os projetos contemplam alguma estação de tratamento. Leonardo Tinoco afirma que para esta questão o projeto sugere a ampliação do sistema de drenagem, apresentando algumas soluções para o esgotamento sanitário além do tratamento do esgoto, seja através do sistema misto (esgotamento e drenagem associados) ou dos sistemas exclusivos (esgotamento e drenagem realizados separadamente) e sugere ainda a utilização de materiais porosos na realização do empreendimento de forma a permitir a infiltração das águas pluviais. O conselheiro Raniere Barbosa com a palavra, considera legítima a manifestação do Cidadão Edson, contudo, a ele traz algumas respostas: afirma a realização de audiências públicas na Câmara Municipal nas quais se discutiu a temática da Licença Prévia. Afirma ainda que a contratação da empresa para a realização do estudo ambiental, embora tenha se dado sem a realização de licitação, deve ser ponderada com razoabilidade em virtude do princípio da celeridade. Solicita ainda do conselheiro Kalazans Bezerra enquanto Secretário da SEMURB a possibilidade do emprego das verbas do crédito. Ressalta a grande atuação do Ministério Público na defesa do Meio Ambiente e aproveita para observar a necessidade do poder público municipal se articular politicamente no intuito de captar recursos federais destinados à infra-estrutura para a incorporação ao projeto da "cidade sede". O conselheiro Wilson Cardoso reitera a necessidade de ser informado aos conselheiros de forma mais precisa sobre os mecanismos mitigatórios e compensatórios aos impactos ambientais negativos, a forma de realização do parcelamento do solo bem como que seja disponibilizado o RITTUR do empreendimento. Quanto à drenagem informa que participou de discussões sob esta temática nas quais se elaborou uma proposta de solução conjunta com a questão do esgotamento sanitário não tendo sido claramente exposto qual a forma de solução optada pelos idealizadores do estudo. Quanto ao projeto arquitetônico informa que, por ele sabido, já foram realizadas adequações às exigências da FIFA. Solicita a realização de reunião posterior enfocando os referidos pontos de forma a oferecer aos conselheiros uma ampla percepção das peculiaridades do projeto. O presidente sugere o levantamento dos questionamentos sugeridos em Audiência Pública a ser realizada no SEBRAE na segunda feira subsequente. O conselheiro Wilson Cardoso responde que estes quesitos, por serem eminentemente técnicos não são pertinentes a audiências públicas. O Presidente lembra a disposição da equipe técnica da SEMURB reunida no hotel Pirâmide todas as tardes disposta a efetuar qualquer esclarecimento que se faça necessário. Com a palavra o engenheiro Vital Gorgonio, representante da SEMOPI, afirma que a solução para o problema do esgotamento para a área da Arena das dunas, presente no plano diretor de drenagem consiste na elaboração de galeria profunda que passaria com 17 metros de profundidade para assim resolver o problema da citada área e das proximidades, utilizando-se a força gravitacional em vez de energia elétrica no transporte dos efluentes. O conselheiro Assuero de França afirma que o projeto da cidade sede trará grandes beneficios para a cidade, 189 contudo, não consistirá em solução definitiva para toda a problemática existente, se 190 concentrando com maior vulto na região lindeira do Estádio das Dunas. Afirma ainda que 191 alguns assuntos que a seu ver já estão totalmente esclarecidos encontram-se já totalmente 192 vencidos. A conselheira Cristina Morais afirma que se sente pressionada a deliberar em prazo 193 curto de tempo, acrescentando que o Conselho não tem responsabilidade pelos atrasos. A 194 prefeitura sabia, o governo do estado sabia dos prazos dados pela FIFA, então não pode dizer 195 que o Conselho teria que, até terça-feira deliberar sem ter todos os esclarecimentos. 196 Acrescentou que tem prazos a serem cumpridos: para esclarecimentos; para a relatoria; não foi 197 previsto, mas acha um risco muito grande, que poderia ocorrer pedido de vistas, o que é 198 democrático e, se ocorresse poderia inviabilizar o projeto. Finalizou dizendo que a proposta do 199 conselheiro Fabrício Leitão de criar uma comissão para relatoria, poderia ser uma forma de 200 agilizar o processo, concordando com a mesma. Ficam, pois, estipulados os nomes de Néio 201 Archanjo, Wilson Cardoso, Dayvson de Moura e Aldo Medeiros para trazer na terça-feira 202

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

subsequente o relato constituído. O presidente, na figura de Secretário da SEMURB aproveita para afirmar que esta secretaria disponibilizará toda a infra-estrutura técnica e logística para a realização das atividades desta comissão. Concluídos os trabalhos o Presidente agradeceu a presença de todos, lembrando a data da próxima Reunião Ordinária 188ª do dia 25 de agosto e nada mais havendo a declarar o senhor Kalazans Louzá Bezerra da Silva, deu por encerrada a nada mais havendo a declarar o senhor Kalazans Louzá Bezerra da Silva, deu por encerrada a Reunião Extraordinária 162ª e para constar eu, Teresa Neumann Miranda de Andrade, Secretária Executiva do colegiado, lavrei a presente ata que lida e aprovada vai assinada por mim e pelos presentes, em 15 de setembro de 2009. Kalazans Louzá Bezerra da Silva Presidente

PRESENTES:

Francisco Assuero B. de França

AM Ronald Gurgel

Aldo Medeiros Junior

Francisca Blionete de L. Rodrigues

Keila Brandão Cavalcanti

Raniere de Medeiros Barbosa

Wilson Luiz Cardoso

Dayyson Marques de Moura

Ana Adalgisa Dias Paulino

Fabricio de Paula Leitão

Maria Cristina de Moura

Raimundo Nonato Mota

Luciano de Paiva Barros

Sílvio de Araújo Bezerra

Edson Massayuki Hiroshi

José Vicente Assis

Néio Lucio Archanjo